



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAIBA – UEPB
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM FUNDAMENTOS DA
EDUCAÇÃO: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS
INTERDISCIPLINARES**

ILDA ROSA DOS SANTOS

**DIFICULDADES DA APRENDIZAGEM: A LEITURA E A
ESCRITA DOS EDUCANDOS DO 3º ANO DO ENSINO
FUNDAMENTAL DA ESCOLA GAMA E MELO - PB**

(Monografia)

**PRINCESA ISABEL - PB
2014**

ILDA ROSA DOS SANTOS

**DIFICULDADES DA APRENDIZAGEM: A LEITURA E A
ESCRITA DOS EDUCANDOS DO 3º ANO DO ENSINO
FUNDAMENTAL DA ESCOLA GAMA E MELO - PB**

Monografia apresentado ao Curso de Especialização Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares da Universidade Estadual da Paraíba, em convênio com a Secretaria de Estado da Educação do Estado da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de Especialista em Fundamentos da Educação.

Orientador:

Prof. Dr. José Pereira da Silva

**PRINCESA ISABEL - PB
MAI/2014**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

S237d Santos, Ilda Rosa dos
Dificuldades da aprendizagem [manuscrito] : a leitura e a escrita dos educando do 3º ano do ensino fundamental da Escola Gama E Melo – PB / Ilda Rosa dos Santos. - 2014.
43 p. : il. color.

Digitado.

Monografia (Especialização em Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Ensino Médio, Técnico e Educação à Distância, 2014.

Orientação: Prof. José Pereira da Silva, Departamento da PROEAD.

1. Leitura. 2. Escrita. 3. Dificuldade de aprendizagem. I.
Título.

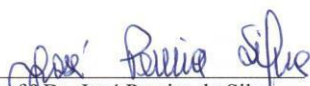
21. ed. CDD 372.4

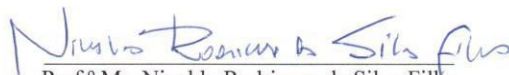
ILDA ROSA DOS SANTOS

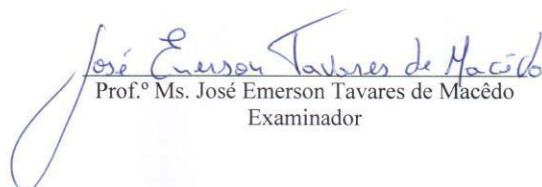
DIFICULDADES DA APRENDIZAGEM: A LEITURA E A ESCRITA DOS
EDUCANDOS DO 3º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL DA ESOCLA GAMA E
MELO - PB

Monografia apresentada ao curso de
Especialização Fundamentos da Educação:
Práticas Pedagógicas Interdisciplinares da
Universidade Estadual da Paraíba em
convênio com a Secretaria de Educação
Estado da Paraíba em cumprimento à
exigência para obtenção do grau de
especialista.

Aprovada em 26 de julho de 2014


Prof.º Dr. José Pereira da Silva
Orientador


Prof.º Ms. Nivaldo Rodrigues da Silva Filho
Examinador


Prof.º Ms. José Emerson Tavares de Macêdo
Examinador

“(…) escrever, eu já escrevia rabiscando mesmo antes de entrar para a escola. Escrevia nas paredes do galinheiro, no cimento do tanque ou no passeio da rua. Arranjava um pedaço de carvão, de tijolo, de caco de telha, pedra de cal. Minhas irmãs me pediam para traçar amarelinhas no quintal. Eu caprichava. Usava uma vareta de bambu sobre a terra batida. Além de fazer as casas bem quadradas e certas, ainda escrevia os números e as palavras céu e inferno. De tanto as meninas pularem em cima, as palavras de apagavam aos poucos, mas escrever de novo não era sacrifício para mim”.

Bartolomeu Campos de Queiros

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a Deus, pelo dom da vida que ele me deu, sua presença constante em minha vida, pela força, coragem e determinação, pois sei que a minha vitória foi ele que deu.

Agradeço a meu pai Manoel Braz dos Santos (em memória), pois sei que sempre está comigo, me orientando, conduzindo meus sucessos e por ter feito a mulher e a profissional que sou pelo seu exemplo.

DEDICATÓRIA

Dedico aos familiares, professores e colegas de curso, pela compreensão dos momentos difíceis, pela contribuição que ajudou na superação do cansaço e pela companhia durante esta caminhada.

Dedico aos meus colegas de trabalho da Escola Gama e Melo que muito contribuí para a elaboração deste documento, com palavras de incentivo e na discussão das propostas de trabalho.

RESUMO

Este trabalho apresenta uma análise das dificuldades da aprendizagem da leitura e da escrita dos educandos do 3º ano do Ensino Fundamental da Escola Gama e Melo – PB, para tanto realizamos uma revisão bibliográfica sobre a História da Educação e as políticas públicas para a educação brasileira, para identificar o processo educacional em que nós estamos inseridos. Os movimentos da Educação Nova em 1932, o Regime Militar, as Leis, planos, propostas e diretrizes educacionais foram importantíssimos para o desenvolvimento educacionais e suas dificuldades em chegar à população mais carente. Realizamos um estudo sobre os conceitos de leitura e escrita e o processo de aprendizagem, com o objetivo de identificar as dificuldades de aprendizagem mais comuns no campo de estudo. Identificamos a escola e principalmente a turma em questão, considerando que é necessário entender que o processo de aquisição da leitura e escrita é construído através da evolução de cada criança, sendo ao mesmo tempo individual e coletivo, e é preciso que haja uma reestruturação interna na escola. Como base para nossa análise utilizados os instrumentos de avaliação do PNAIC aplicado com as mesmas questões para todos os alunos do 1º, 2º e 3º anos da Escola Estadual de Ensino Fundamental da Escola Gama e Melo.

Palavras-chave: 1. Dificuldade de aprendizagem – 2. Leitura – 3. Escrita.

ABSTRACT

This paper presents an analysis of learning disabilities in reading and writing of students of the 3rd year of Primary Education School Range and Melo - PB , for both began with a brief survey of the history of education and public policy for Brazilian education , to identify the educational process in which we operate . The movements of the New Education in 1932 , the military regime , laws , plans , proposals and educational guidelines were critical to the educational development and their difficulties in reaching the poorest population . We conducted a study on the concepts of reading and writing and learning process , with the objective of identifying the most common learning disability in the field of study . Identify the school and especially the class in question , considering that it is necessary to understand that the process of acquisition of reading and writing is built through the course of the illness , with both individual and collective, and there must be an internal restructuring in school.

Keywords: 1. Learning disabilities – 2. Reading – 3. Writing.

LISTA DE SIGLAS

CF - Constituição Federal

CONAE - Conferência Nacional de Educação.

FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e da Valorização dos Profissionais da Educação.

FUNDEF - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério.

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação

MEC - Ministério da Educação e Cultura

MEC - Ministério da Educação

PDE - Plano de Desenvolvimento da Educação

PNAIC - Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa

PNE - Plano Nacional de Educação

UNE - União Nacional dos Estudantes

UNICEF - Fundo das Nações Unidas pela Infância

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA - 1: Pinturas rupestres fontes de estudo das sociedades da Pré-História.....	39
FIGURA - 2: Os símbolos foram se desenvolvendo até formarem os primeiros alfabetos da Antiguidade.....	39
FIGURA – 3: Alfabeto Grego.....	40
FIGURA – 4: Dificuldades de aprendizagem da leitura e escrita.....	29
FIGURA – 5: Tabela 1 - A aprendizagem da turma conhecimentos e capacidade:.....	34

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
1. CAPÍTULO I – UMA BREVE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO	15
1.1 A História da Educação no Brasil	17
1.2 Políticas públicas para a educação brasileira	19
2. CAPÍTULO II - LEITURA E ESCRITA: CONCEITOS.....	22
2.1 Processo de aprendizagem: leitura e escrita	24
2.2 Dificuldades de aprendizagem da leitura e escrita	28
3. CAPÍTULO II – IDENTIFICAÇÃO DA ESCOLA GAMA E MELO – PB.....	32
4. CAPÍTULO III – DIFICULDADES DA APRENDIZAGEM: A LEITURA E A ESCRITA DOS EDUCANDOS DO 3º ANO DA ESCOLA ENSINO FUNDAMENTAL GAMA E MELO – PB.....	34
5. Procedimentos metodológicos – pesquisa de campo.....	36
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	40
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..	42
Anexos – 1	
Anexos – 2	
Anexos - 3	

INTRODUÇÃO

Este trabalho discute a dificuldade de aprendizagem na leitura e na escrita dos educandos do 3º ano do Ensino Fundamental da Escola Gama e Melo – PB. A dificuldade em aprender a ler e a escrever vem sendo discutida em todas as esferas educacionais, este problema é identificado na maioria das instituições públicas de ensino e em todos os seus níveis.

A discussão deste tema “Dificuldades de aprendizagem: leitura e a escrita” permite contribuirmos para compreensão do cotidiano escolar, possibilitando um novo olhar sobre a aprendizagem dos sujeitos e questionando as nossas práticas pedagógicas atuais e suas relações com o ensino-aprendizagem.

O primeiro capítulo é construído por uma breve pesquisa sobre a História da Educação que apresenta a nossa forma de compreender e representar a história da humanidade através de desenhos. Estes desenhos também fazem parte do início de cada “escrita” ou processo de escrita do ser humano em qualquer idade.

A utilização da escrita e da leitura aparece conforme a necessidade de sociedade em transmitir os seus interesses, e vai se transformando conforme a influencia das tecnologias ou influenciando a criação destas tecnologias e a interferência das políticas governamentais de cada época.

A identificação das políticas públicas para a educação brasileira é oportuna para que entendermos os porquês das dificuldades do sistema educacional em oferecer uma educação de qualidade através da infraestrutura e investimento na formação dos educadores.

Os movimentos políticos, econômicos e culturais, manifestados em 1932 dos pioneiros da Educação Nova, as conquistas das Universidades e o Regime da Ditadura foram importantíssimos para o desenvolvimento ou interrupção da chegada das instituições educacionais a população mais carente.

As Leis, os planos, propostas e diretrizes nacionais para a educação são marcos para todo o processo de ensino-aprendizagem no final do século XX, uma vez que a

possibilidade de formar ou informar, trocar conhecimento sobre a aprendizagem das crianças ficaram mais reais.

No segundo capítulo apresentamos uma pesquisa bibliográfica sobre o processo de aprendizagem em leitura e escrita e as dificuldades de aprendizagem mais comuns, segundo teóricos como FERREIRO (2003), TEBEROSKY (1997), entre outros.

O processo de apropriação de aprendizagem da leitura e escrita é complexo e depende de vários fatores internos e externos, tanto do indivíduo quanto do meio em que ele vive. O domínio da leitura e escrita tem uma relação muito íntima com a forma como é trabalhada.

Para (FERREIRO, 1983, p. 11), “o que a criança não compreende é que a escrita representa a fala, o som das palavras, e não o objeto a que o nome se refere”, esta situação dentro da sala de aula causa grandes insatisfações ou insegurança por parte dos educadores que tem tempos regulados pelos sistemas para fazer a criança chegar à leitura e a escrita, impossibilitando a maturação necessária para que o processo de aquisição da leita e escrita se concluam.

Quando entendemos a escrita como a simples forma de transcrição, limita os sujeitos e suas possibilidades de construção, implica conceber que sua aprendizagem é mecânica e técnica. Escrever é mais que a copia de símbolos é transpor o que já se sabe.

No terceiro capítulo identificamos a Escola Estadual de Ensino Fundamental, Normal e Médio Gama e Melo – PB, com o objetivo de analisar os processos administrativos e pedagógicos que contribuem ou dificultam a aprendizagem dos educandos, tendo como base os instrumentos de avaliação do PNAIC (Programa Nacional de Aprendizagem na Idade Certa) que foram aplicados aos alunos do 1º, 2º e 3º anos na referida escola.

No quarto capítulo discutiremos as dificuldades da aprendizagem: a leitura e a escrita dos educandos do 3º ano da referida escola, através da análise da situação de ensino e aprendizagem com o objetivo de identificar as possíveis causas e sugerir ações pedagógicas pontuais que posam contribuir para a aprendizagem significativa dos educandos.

Procedemos à análise dos dados da pesquisa fazendo as considerações finais sobre as dificuldades de aprendizagem: a leitura e a escrita dos educandos do 3º ano da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Normal Gama e Melo; considerando que se estas dificuldades não forem enfrentadas com determinação dos professores, gestores e família, produziremos outros problemas, como a reprovação, a evasão e o baixo rendimento educacional.

CAPÍTULO I

UMA BREVE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

A História da Educação precede a história da escrita, onde os homens, por volta de 4000ac, se comunicavam através de desenhos e pinturas (Foto - 1). Os historiadores e arqueólogos identificaram uma imensa quantidade de documentos não escritos, a exemplo de pinturas rupestres, sítios arqueológicos, ossada, fósseis, entre outros, que contribuíram para o estudo da História humana.

A transmissão de informações através de desenhos e pinturas dá início a educação como forma de repetição de ações através do uso e da leitura de imagens. Configura-se uma educação não sistemática, mas através de imitações.

No período da Idade Antiga ou Antiguidade, surgiu às primeiras civilizações, com a necessidade de se comunicar com mais frequência e tornar público suas regras e/ou leis, passam a ser elaborados alguns símbolos que foram se desenvolvendo até formarem os primeiros alfabetos da Antiguidade (Figura – 2), conhecido como escrita pictórica ou hieroglífica.

O sistema de ensino escrito foi ganhando uma forma mais elaborada fazendo a relação entre símbolos e semelhanças, significando ou ressignificando a escrita silábica que foi um marco no processo da leitura e escrita como maneira eficiente para o desenvolvimento da sociedade.

Diferentes civilizações passaram a estruturar seu alfabeto capaz de identificar conceitos e diferenças entre seres e objetos. A civilização dos fenícios com ampliação do comércio elabora o alfabeto de vinte e dois caracteres e o popularizando na civilização oriental.

As civilizações greco-romanas contribuíram significativamente para a formação dos alfabetos contemporâneos (FIGURA – 3) estruturando o sistema alfabético utilizado pela maioria das nações do mundo ocidental contemporânea. A partir dessa origem a instituição escolar se desenvolve na Grécia dividindo a educação dos homens livres Paidéia e a educação dos escravos Duléia.

Na Idade Média apesar de ser rotulado de “Anos Escuros” ou “A Idade das Trevas” por alguns intelectuais como aspectos negativos provocados pelo abandono do pensamento racional, também teve sua contribuição para o modelo de organização urbana, as teorias administrativas e as universidades, mesmo com o mundo letrado se restringindo a um número pequeno de pessoas, dando outro significado ao período da Idade Média.

Na Idade Moderna as monarquias europeias se fortaleceram ampliando seus domínios e suas culturas através dos escritos para todos os continentes, também marcado pelo período do Renascimento Cultural que revolucionou as artes e as ciências através de intelectuais conhecidos pro nos hoje, a exemplo de Leonardo da Vinci e Michelangelo.

Com a descoberta das Américas e a ampliação do comercio entre a África e a Ásia, o processo de aquisição de leitura e escrita apresenta uma melhoria com o propósito de acumulação de capital como base para o desenvolvimento do capitalismo. A partir daí começou o impulso para o próximo período histórico, onde o capitalismo provoca decisivas mudanças educacionais, rompendo com o domínio da Igreja Católica e sua educação confessional, e coloca em posição central o protagonismo do Estado, criando a ideia de escola pública.

A Idade Contemporânea que iniciou coa Revolução Francesa de 1789 até hoje é marcado por transformações na organização da sociedade, por conflitos históricos de proporções mundiais como as guerras mundiais ocorridas no século XX e pela caracterização da burguesia que estava em ascensão através dos sistemas políticos republicanos, constitucionais, representativos, defensor das propriedades e com forças militares.

A partir de 1827-1890 ocorre as primeiras tentativa em organizar a educação como responsabilidade do poder público representado pelo governo imperial e pelos governos das províncias.

Em 1890 é impulsionado pelos ideários iluminista republicano é marcado pela criação dos grupos escolares ou escolas primarias. A educação como conhecemos dá seus primeiros passos e depois da segunda década do século XX é regulamentado em âmbito nacional as escolas primarias, secundárias e superiores ampliando os propósitos pedagógicos.

A posição capitalista na educação, apesar de ser portadora de um ideário de igualdade entre todos os homens, acabou reproduzindo a desigualdade social. Nas últimas

décadas do século XX amplia-se a discussão sobre o real papel da educação na sociedade, alfabetizando e letrando com qualidade.

1.1 - A História da Educação no Brasil

A História da educação no Brasil é constituída por rupturas e uniões entre os grupos sociais. A primeira fase da educação brasileira é identificada com a chegada dos portugueses e, principalmente, com a chegada dos jesuítas e por volta de 1549 na colônia portuguesa onde é instalada a primeira escola brasileira.

O modelo educacional era próprio do padrão Europeu que utilizava as “Aulas Régias” realizadas pelos jesuítas, apesar de se considerar os povos que existiam no Brasil e que tinha seu jeito de educar.

Em meados do século XVI vários povos, como o Mexicano, Peruano e colônias espanholas, já possuíam ensino superior, como a Universidade de São Domingos.

A vinda da Família Real para o Brasil, após a ruptura e fugindo de Napoleão na Europa, permite a implantação de várias instituições educacionais, para preparar a colônia para D. João VI , abrindo Academias Militares, Escolas de Direito e medicina, a Biblioteca Real e a Imprensa Real. Porém a educação brasileira sempre ficou em segundo plano e a primeira universidade surgiu em 1934 em São Paulo, a USP.

Nos quatro primeiros séculos, no Brasil a história da educação é formada pela exclusão da grande maioria dos homens e mulheres, com a elitização e separação das classes pobres.

Neste período a educação não teve grandes mudanças, pois era oferecido em sua maioria pelos governadores das províncias e/ou comandantes locais, uma vez que o país tem extensão territorial de continente e as divisões políticas como conhecemos, só iniciou sua atuação mais sistemática no início do último século.

A partir da década de 30 ocorre um crescimento acelerado com a presença da população mais carente nas escolas públicas, isso explica o número de analfabetos e semianalfabetos do país e ocupação dos últimos ranques mundiais.

Em 1930 é criado o Ministério da Educação e Saúde Pública, seu trabalho era abrangente com ações nas áreas de educação, saúde, esporte e meio ambiente, sendo que os temas mais relevantes da educação eram tratados pelo Departamento Nacional de Ensino, vinculado ao Ministério da Justiça.

Com um clima de progresso nos campos políticos, econômicos e culturais, e um ávido desejo de promover educação para a maioria da população houve a publicação um manifesto em 1932 dos pioneiros da Educação Nova, redigido por Fernando de Azevedo e assinado por Anísio Teixeira, renomados educadores que muito contribuíram para o desenvolvimento educacional do Brasil.

Várias conquistas neste período que culminaram com: a Universidade de São Paulo em (1934) e da Universidade do Distrito Federal em (1935). E outras reivindicações como a organização pelo Estado de um plano de educação, com a implantação da escola pública, laica, obrigatória e gratuita, fazendo frente à Igreja que ainda era sua concorrente. Universidade do Rio de Janeiro (1920) e a Universidade Federal de Minas Gerais em (1927) era simples agregação de faculdades.

As conquistas das décadas de 20 e 30 foram sufocadas com a imposição ao país da Constituição de 1937 e do Estado Novo, esse crescimento só foi retomado com a redemocratização do país em 1945. Com tudo houve algumas mudanças neste período.

Desde meados dos anos 1950, por um intenso processo de renovação teórica e metodológica, impulsionado pelo esforço de superação de uma história. Em 1948 surgiu à discussão sobre para uma Lei de Diretrizes e Bases, a partir da proposta do deputado Clementino Mariano.

Com o Golpe Militar em 1964 ocorreu um maior controle e autoritarismo, mascarado na área da Educação, proibido as organizações estudantis como a União Nacional dos Estudantes – UNE. Em 1969 o regime político tornou obrigatório o ensino de Educação Moral e Cívica.

A luta pela Educação Básica de qualidade para todos é construída através da luta política, pelo direito e pela mudança de práticas tradicionais que impede a construção da cidadania e principalmente liberdade de construção de saberes e participação das decisões de um país continental.

1.2 - Políticas públicas para a educação brasileira

As políticas públicas para a educação brasileira começam se estruturar com a aprovação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), em 1961. Este marco enfatiza a educação como obrigação dos estados e municípios e diminuindo a centralização do Ministério da Educação e Cultura.

Com a LDB de 61 e o fim do Estado Novo, houve um amplo debate sobre o sistema de ensino brasileiro, colocando a ampliação das áreas de ensino como Educação Física obrigatória e o Ensino Religioso como facultativo, separando o Estado e a Igreja e deixando clara a posição de cada grupo.

Em 1962 é criado o salário-educação um ponto importantíssimo para o Ministério da Educação e Cultura até hoje. Neste período a proposta de ensino era fundamentalmente tecnicista com o objetivo de formar mão-de-obra qualificada e com o Golpe Militar foram difundidos os cursos técnicos profissionalizante nas grandes cidades.

As universidades ganharam mais autonomia disciplinar, didático-científico, administrativo e financeiro com a reforma universitária de 1968 e considerada “a grande LDB do ensino superior” instituindo um modelo organizacional único para as universidades públicas e privadas.

As alterações ou reformulações constantes na legislação brasileira vão garantindo a ampliação de atendimento em todas as regiões do Brasil. Em 1971 uma nova LDB torna obrigatório o ensino dos sete aos quatorze anos de idade e prevê um currículo com uma base comum para o primeiro e segundo graus, e uma parte diversificada respeitando as diferenças regionais.

A revolução científica tecnológica é um fato global que exige dos países desenvolvidos as alterações na forma de promover educação. Mudou os paradigmas de produção e o cotidiano das pessoas.

Com o propósito de resgatar a esperanças no futuro e de mobilização de toda a sociedade brasileira, a República Federativa do Brasil constitui-se em Estado democrático de direito, promulgou a Constituição Federal de 1988 que em seu capítulo sobre a Educação declara:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; III – pluralidade de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituição pública e privada de ensino; IV – gratuidade de ensino público em estabelecimento oficial; V – valorização dos profissionais de ensino, garantindo, na forma da lei, planos de carreira para o magistério público, com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, assegurado regime jurídico único para todas as instituições mantidas pela União; VI – gestão democrática do ensino público, na forma da lei; VII – garantia de padrão de qualidade. (CF, 1988, p. 137-138).

O advento da Constituição Federal (CF) 1988 foi um marco nas políticas públicas da educação brasileira, por definir e/ou determinar as forma de atendimento, gratuidade para todas as crianças, homens e mulheres, a valorização dos profissionais de educação, colocando nas mãos da população, pensadores, teóricos e governos a construção de documentos que norteassem a educação pública do país.

Na perspectiva da construção do saber, a educação era provocada a insistir a buscar novos paradigmas capazes de preparar o maior número de pessoas e qualificá-las para atender as necessidades do mercado de trabalho, principalmente nas novas tecnologias, com liberdade de pensar, criar e produzir saberes.

As iniciativas para as mudanças dos marcos normativo se sucederam, começando com a Emenda Constitucional nº 14, que criou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (Fundef) até a promulgação da Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996 e legislação decorrentes.

A nova LDB foi conhecida como Lei Darcy Ribeiro por ter elaborado o corpo do texto e não ser bem entendido, porém, sua contribuição foi inquestionável, com definições de atuação na educação e não como sugestão de atendimento.

A mais recente Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9394/96 oferece um espaço com flexibilidade para que o sistema de ensino trabalhe-se com posições críticas, trouxe diversas mudanças à educação nacional, incluiu a educação infantil (creche e pré-escola) para fazer parte da educação e responsabilidade dos municípios.

Previsto no texto da Constituição de 1988 e aprovado em 2001, o Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado pela Lei nº 10.172, estabelece metas e diretrizes para a educação no Brasil por um período de dez anos. Com objetivos de contemplar todos os níveis de educação, da educação infantil ao ensino superior de interesse de todos.

Os objetivos mais contundentes são a erradicação do analfabetismo, universalização do atendimento escolar, promoção humanista, científica e tecnológica. As obrigações dos municípios localizam-se nos Planos respectivos como PME – Plano Municipal de Educação, construído a partir das discussões da (Conae) – Conferência Nacional de Educação, 2011.

O Fundef foi substituído em 2006 por Fundeb – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e da Valorização dos Profissionais da Educação, entendendo como educação básica, a creche, pré-escola, ensino fundamental e ensino médio. Mantidos com recursos Federal, Estaduais e Municipais, um compromisso que durará até 2020.

O lançamento do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), em 2007, pelo Ministério da educação com ações integradas de cooperação mista, reforçando uma visão sistemática da educação.

Estas conquistas não foram apenas desejo do país, mas a cobrança constante dos países em desenvolvimento através do Fundo das Nações Unidas pela Infância (UNICEF), que contribui com várias ações para o desenvolvimento das ações educacionais no país em parcerias com MEC e com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

Estas parcerias resultaram em várias pesquisas que analisam as práticas educacionais e identificam as necessidades dos sistemas de ensino e a partir delas é elaborado ações que promovam o desenvolvimento da educação e a melhoria do atendimento em todas as modalidades de ensino.

As políticas públicas passam a ter continuidade independente das políticas de governos, as escolas ganham autonomia para elaborar seus planos e junto com a comunidade definir as ações pedagógicas, garantindo a participação e a valorização das culturas de cada região.

CAPÍTULO II

LEITURA E ESCRITA: CONCEITOS

A leitura e escrita são instrumentos de comunicação utilizados por cada civilização de acordo com suas estruturas fonéticas e considerando a evolução histórica e social. Seu domínio exige que a sujeito compreenda suas organizações e funções.

A escrita alfabética é um sistema de notação específico, no qual os elementos, as letras, identificam segmentos fonológicos (consoantes e vogais). Mas, além disso, o sistema alfabético de escrita conta também com um conjunto de caracteres e convenções gráficas não-alfabéticas, tais como sinais de pontuação, maiúsculas, sublinhado, etc. estes sinais refletem de forma gráfica qualidades da língua, qualidades que não são verbais mas que servem para a comunicação por escrito. (TEBEROSKY e TOLCHINSKY, 1997, p. 09).

Para que a criança se aproprie deste sistema de gráficos (escrita), ela precisa construir uma consciência sensorial e também a capacidade de diferenciar um símbolo do outro, atribuindo significado.

A leitura é um processo no qual o leitor realiza um trabalho ativo de construção do significado do texto, a partir dos seus objetivos, do seu conhecimento sobre o assunto, sobre o autor, de tudo o que sabe sobre a língua: características do gênero, do portador, do sistema de escrita, etc. (PCN, 2001, p. 35).

Este conceito de leitura é fundamental para lucidar as primeiras “dificuldades” que surgem quanto à leitura e a escrita de crianças pequenas. Quando a criança lê, ela não apresenta a rigidez da sequência lógica gráfica, ela apenas apresenta o que já sabe ou pensa saber sobre a leitura, sem cobranças e com alegria.

As crianças que usaram um critério formal levaram em conta um aspecto intrapalavras: a quantidade de letras. As que usaram um critério semânticos-referencial fizeram menção ao significado da palavra, quer dizer, a um aspecto extrapalavras. Este segundo pode conviver com o primeiro, mas só se for aplicado a palavras com mais de três letras. (TEBEROSKY, 1997, P. 31).

Para ler as crianças atribuem a cada som uma ou mais letras de acordo com a identificação sonora que esteja presente no entendimento individual que pode variar conforme o momento, ou esta mesma criança atribui significado do contexto para cada palavra.

(...) ao começar a se dar conta das características formais de escritas, a criança constrói então duas hipóteses que vão acompanhá-la por algum tempo durante o processo de alfabetização: a) de que é preciso um número mínimo de letras – entre 2 e 4 – para que seja escrito alguma coisa e b) de que é preciso um mínimo de variedade de caracteres para que uma série de letras “sirva para ler”. (FERREIRO, 1983, p. 11).

As primeiras definições que as crianças constroem sobre a leitura e escrita deve ser considerada pelo professor como processo e juntos elaborarem estratégias para produzir escritos e ler as produções dos outros escritores com mais eficiência.

“Diferenciar a atividade de desenhar da atividade de escrever é importante porque a escrita, para as crianças pequenas, recupera o que se pode desenhar: o nome do objeto desenhado (hipótese do nome). Esta ideia também lhes serve para interpretar os textos que aparecem acompanhados de imagens. A escrita por si mesma não é suficiente para garantir o significado e por isso as crianças costumam desenhar antes de escrever. A imagem, por outro lado, é a que permite interpretar a escrita (pelo mesmo como uma tentativa)” (FERREIRO, 2003, p. 49).

Antes de saber ler e escrever a criança conhece alguns materiais de literários ou informativos principalmente para os que já frequentaram as creches e educação infantil ou que possuem no sei da família um ambiente de leitores.

Este conhecimento prévio precisa ser considerado pelo educador como meio para ampliar o conhecimento em leitura e escrita, o uso de diferentes linguagens é o que vai fazer com que a crianças reestruture os conceitos desta leitura e escrita formal.

Os estudos da consciência fonológica que a criança traz são necessários para que possamos reduzir ou entender melhor em qual estágio todas as crianças esta e como é possível avançar em sua elaboração de conhecimentos.

Muito das dificuldades encontradas fazem mais parte da falta de conhecimento do processo de aprendizagem dos educadores, do que da dificuldade de aprendizagem dos educandos.

As cobranças que os sistemas de ensino e a sociedade colocam nos ombros dos educadores provocam a identificação precoce ou inadequada de dificuldades que são apenas níveis diferentes ou processos pelos quais os educandos estão enfrentando em determinado momento do ensino e aprendizagem.

A leitura e escrita fonética não se apresenta como deseja os pais, escola e comunidade. Cada criança tem seu ritmo e forma de construir este conhecimento em processo de maturação.

Respeitar os conceitos das crianças e influência as alteração são necessários, porém é preciso conhecer as teorias mais divulgadas sobre a leitura e escrita, fatores e dificuldades, promover a discussão entre os educadores propondo troca de experiências que possibilite esta mudança de postura.

2.1 - Processo de aprendizagem: leitura e escrita

O processo de apropriação de aprendizagem da leitura e escrita é complexo e depende de vários fatores internos e externos. O domínio da leitura e escrita tem uma relação muito íntima com a forma como é trabalhada.

A compreensão do como este aprendizado acontece de suma importância para os educadores para que possa elaborar ações educativas de leitura e escrita que venha de encontro ao que o educando já sabe e o estingue a buscar novas e melhores formas de escrever e ler o que está escrito.

Cada educando aprende do seu jeito e em seu tempo, porém a escola deve criar estratégias para promover este aprendizado. Aprender a ler não é apenas uma atividade

individual, é uma atividade social que possibilita a troca entre os mediadores e os principais mediadores são os educadores com suas ações pedagógicas.

A leitura e a escrita são ferramentas essenciais para a progressão do sujeito na vida escolar e pode ser o viés pra a liberdade tão almeja pelos cidadãos. Apesar de muitos deles aprenderem esses mecanismos de leitura e escrita através de um processo simplificado, o desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita também pode levar tempo e requerer treinos diferentes.

O objetivo primordial da escola deve ser formar cidadãos capazes de ler o mundo e transformá-lo, quando os resultados não os agradem ou cause prejuízos sociais e culturais, devem-se estudar estes fenômenos para identificar quais as causas destas dificuldades e promover mudanças na forma de oferecer este ensino.

O professor é responsável para instigar este processo de aprendizagem da leitura e da escrita e discutir este processo indagando sobre o que o aluno quer dizer ou disse com aquela escrita, interpretando o texto através do mundo.

Esta ideia também lhes serve para interpretar os textos que aparecem acompanhados de imagem. A escrita por si mesmo não é suficiente para garantir o significado e por isso as crianças costumam desenhar antes de escrever. A imagem, por outro lado, é a que permite interpretar a escrita. (pelo menos como uma tentativa)". (FERREIRO, 1983, p. 32).

O sistema de escrita, como parte de construção do universo lógico, não é uma ação de copia e transcrição de texto, na verdade é uma forma de refletir os acontecimentos e produzir outros textos, seja através da escrita convencional ou da escrita simbólica.

As dimensões da proposta de ensino como habilidade da leitura e escrita que têm o objetivo de identificar apenas palavras e frases, tem uma forma reducionista do processo de aprendizagem em leitura e escrita e pode confundir alguns sujeitos, uma vez que a leitura envolve vários aspectos do contexto.

Quando entendemos a escrita como a simples forma de transcrição, limita os sujeitos e suas possibilidades de construção, implica conceber que sua aprendizagem é mecânica e técnica. Escrever é mais que a copia de símbolos é transpor o que já se sabe. As

habilidades de leitura, escrita e produção de textos envolvem uma diversidade de conhecimentos e dos elementos textuais.

Quando uma criança inicia o processo de alfabetização, busca compreender o que a escrita representa, ou seja, “compreender” a natureza do sistema alfabético e a consciência fonológica. Esta consciência facilita a identificação de alguns nomes do seu cotidiano, seu próprio nome e de alguns colegas.

Estes ganhos fonéticos passa um sentimento de competência e de desenvolvimento que amplia o gosto em descobrir mais sobre o que a escola está propondo e como ela percebe a criança percebe este avanço.

Em cada turma existem vários níveis de aprendizagem da leitura e da escrita por parte dos educandos e, às vezes, o mesmo educando pode progredir para o processo de desenvolvimento da escrita ou não por alguns dias.

Para trabalhar estas realidades é fundamental também diversificar as atividades e as possibilidades de ler e escrever, de produzir e reproduzir textos, num movimento constante de dar e receber, de trocar e construir significados através da leitura e escrita.

Escrita alfabética: o aprendiz compreendeu que cada um dos caracteres da escrita corresponde a valores sonoros menores que a sílaba, e realiza sistematicamente uma análise sonora dos fonemas das palavras que vai escrever. A partir desse momento, a criança se confrontará com as dificuldades próprias da ortografia, mas não terá problemas de escrita, no sentido estrito. (FERREIRO; TEBEROSKY, 1991, p. 213).

O momento de construção destas hipóteses da escrita alfabética é sutil e muitas vezes o professor não acompanha a modificação em suas sutilezas, por um conjunto de fatores institucionais, ou seja, sala superlotada, dificuldades acumuladas e outros.

Quando o professor educador identifica a ausência de algumas letras ou sílabas na escrita dos educandos e questiona esta falta com uma pergunta, ela provoca uma reflexão no educando que pode ou não ter resposta correta imediata.

Porém quando o professor identifica este erro e chama a atenção do aluno através da ênfase do que está errado em voz alta e repreensiva produz um medo instantâneo que

vai ampliando a dificuldade de entendimento sobre a forma correta de escrita ou sobre a hipótese da escrita.

A hipótese silábica e a hipótese do nome são caminhos que vão se construindo até que a leitura flua na vida escolar e cotidiana dos educandos. Ou seja, a **hipótese silábica** é um aprendizado qualitativo, com uma “grande reestruturação global” do que o aluno já sabe (cada letra representa uma sílaba) com as contradições ou informações que ele identifica como possível de ser feito.

A contradição para as crianças está na escrita igual das palavras: (AO) = pato ou (AO) = sapo. Quando a criança observa que colocou os mesmos símbolos para palavras diferentes, ele acrescenta outras letras para alterar o resultado dando início a hipótese de que as sílabas necessitam de outras letras para ter sentido. Assim, a **hipótese alfabética** diferencia o sistema de representação da escrita do sistema de representação do desenho. Cria formas de escrever palavras diferentes, independente do tamanho do desenho. Ou seja, (boi = OI e barata = BAATA) podem ter quantidades diferentes de letras sem observar ou comparar as representações simbólicas.

A **hipótese do nome** é a ideia de que, “o que está escrito perto do desenho é o nome deste desenho”, ou seja, a criança lê conforme o desenho mais próximo da palavra. Segundo Ferreiro, (1983, p. 24). “**A hipótese de leitura**: as ideias que a criança constrói sobre o que está ou não grafado em um texto escrito e o que se pode ler ou não nele”.

Se o professor compreender a hipótese com que a criança está trabalhando, passa a ser possível problematizá-la, acirrar – por meio de informações adequadas – as contradições que vão gerar os avanços necessários para a compreensão dos sistemas alfabéticos (FERREIRO, 1983, p. 21).

É preciso identificar as diferenças ortográficas e orientar adequadamente para desenvolver uma postura do leitor crítico e escritor como forma de participação do mundo letrado. Se o educador compreender a hipótese com que a criança está trabalhando, passa a ser possível questionar o que está escrito e influencia na descoberta do processo.

As análises das possíveis formas de escrita como leitura vão gerar avanços de percepção sonora e atribuição de significado para cada representação dos símbolos necessário para a compreensão do sistema alfabético e todos os problemas perceptivos desaparecem quando identificamos o que está escrito e que pode ser lido.

As crianças em seu processo de apropriação da escrita e leitura constroem caminhos de leitura e escrita que podem levar os educadores a rotular como dificuldades, porém é necessário ressaltar que este início embora não convencional é primordial para a aprendizagem de todos. Estas estranhezas quando não são estudadas pode trazer e está trazendo as escolas uma visão do não cumprimento correto da função da escola ou dos sistemas de ensino. Estas cobranças são cotidianas e deve ser repensadas ou retrabalhas de formas diferenciadas.

Uma concepção dialética do processo de aprendizagem, uma concepção que permitisse ver a ação do aprendiz construindo o seu conhecimento, onde o professor aparece não mais como o que controla a aprendizagem do aluno e sim como um mediador entre aquele que aprender e o conteúdo a ser aprendido (FERREIRO, 1983, p. 18).

A formação continuada dos educadores no sentido de compreender os processos de ensino e aprendizagem, como também as dificuldades que são identificadas com mais frequência no cotidiano escolar, devem ser alinhadas como ponto de partida para a solução destes problemas, bem como, a estrutura administrativa e pedagógica.

As propostas pedagógicas devem ser elaboradas a partir do diagnóstico educacional em leitura e escrita dos educandos, considerando o ambiente educacional, as situações didáticas e utilizando os resultados para reelaboração ou propostas de atividades que promova a apropriação de outros saberes ou significados. Os educandos não devem ser colocados com níveis de “conhecimento igual”, as mesmas atividades e o mesmo tempo de aprendizagem. Respeitar a individualidade e não ocorrer no risco de “julgar”, avaliar sem o conhecimento do processo de aprendizagem.

2.2 - Dificuldades de aprendizagem da leitura e escrita

A dificuldade em aprender a ler e escrever, aprender a competência para utilizar os sistemas fonéticos, gráficos da linguagem escrita, tem uma característica em nossa cultura de desvalorização da educação institucional ou da falta de investimento dos governos em qualidade da oferta. Sabemos que frequentar a escola por séculos não era possível para a

maioria da população brasileira que precisava trabalhar em empregos ou subempregos que não exigia muito conhecimento.

Esta falta de valorização da educação institucional também está presente no seio das famílias que pouco reivindicava os seus direitos. Com isso as práticas de leituras do povo brasileiro são mínimas em relação a outros países que investe maciçamente na educação. Hoje a sociedade aspira que toda a população possa se apropriar deste sistema de escrita e com isso adquira novos conhecimentos ou reconceitue a leitura e escrita no seu cotidiano.

Alguns dos procedimentos foram que foram utilizados para ampliar o número de vagas escolares, antecipar a chegada das crianças ao ensino fundamental e promover formação continuada para os educadores, foram adotados para sanar estes problemas.

Porém, as dificuldades de aprendizagem em leitura e escrita ficaram mais evidentes e necessita de maior estudo para sana-las e promover aprendizado, respeitando os educandos e suas fases ou níveis de aprendizado. As dificuldades mais frequentes para utilizar a leitura e escrita encontram-se nas turmas da primeira fase do ensino fundamental, com níveis de leitura e escrita diversos, turmas superlotadas, ausência da família no processo de aprendizagem dos educandos.

Os educadores observam que os educando tem dificuldade em identificar as sílabas que formam determinadas palavras, ou identificar o valor fonético letras e sílabas. Estas dificuldades em ler e escrever impede ou provoca medo no educandos em produzir textos ou participar de atividades letradas em sala de aula. Pois, aprender a ler escrever envolve o sujeito em ações interpessoais e coletivas que expõe a todos diariamente. Esta exposição de inibir ou bloquear os sujeitos quando não são compreendidos em suas fases.

O futuro educacional destes sujeitos está na maioria das vezes nas mãos de terceiros os quais conceituam ou pré-julgam a partir de seus conhecimentos que não são suficientes para identificar os problemas e contribui para sana-las. Dessa forma, aprender é um processo e assim precisa ser entendido por todos os que compõem as escolas. A demora em ler e escrever com fluência, pelos alunos, são questionadas pelos grupos educacionais, hora como dificuldade de aprendizagem, hora como dificuldade de ensino. O que está implícito neste contexto é que cada criança aprende em tempo e forma diferente e não podemos estabelecer metas iguais para todos.

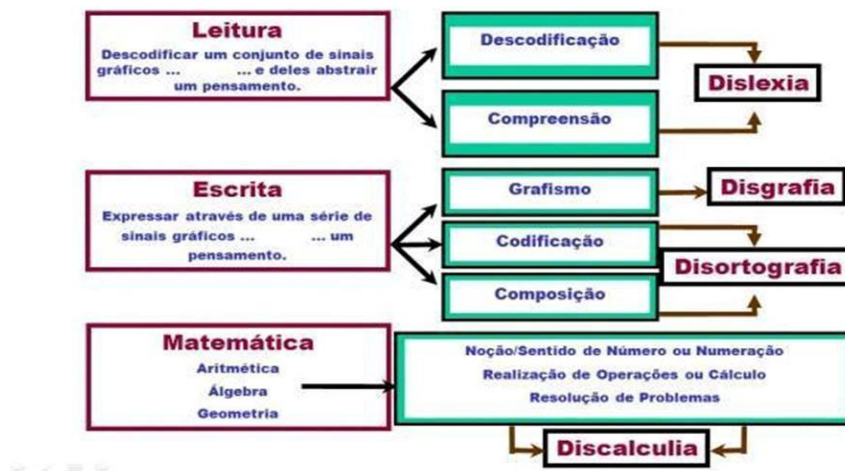
O sujeito quando efetiva o ato de aprender, movimenta várias áreas do seu corpo e de sua vida, com fatores ambientais e físicos, e principalmente a motivação para aprender que é um dos principais fatores, uma vez para realizar qualquer ação o ser humano precisa entender o porquê da realização.

Quanto à questão do corpo, vários autores e pesquisadores já esclareceram que toda e qualquer pessoa pode aprender, tendo ou não alguma limitação física ou mental. O que deve variar é o método de ensino e o tempo de aprendizagem.

As tecnologias avançadas permitem que vejamos o cérebro ou as funções neurológicas como uma massa que pode ser modificada em sua estrutura e enquanto recebe informações específicas por meio dos sentidos.

Na dificuldade em aprendizagem: na leitura e escrita, são identificados: confusões entre letras de grafia similares, as quais são diferentes, por um determinado valor fonético. Os problemas específicos de aprendizagem que se expressam e afetam distintas competências.

Dificuldades de Aprendizagem específicas



(FIGURA – 4): Dificuldades de aprendizagem da leitura e escrita

No cotidiano escolar as dificuldades de aprendizagem na leitura e escrita mais frequentes são: **dislexia** (distorções na identificação e compreensão ou troca de letras na oportunidade de leitura), **disgrafia e disortografia** na composição da escrita, com (troca de letras semelhantes ou com valor fonético parecido) e a **discalculia** (dificuldade em articular

ou atribuir sentido numérico para efetuar as operações ou interpretar as situações problemas do cotidiano.

No contexto atual é possível atribuir ao baixo rendimento escolar e outros problemas de desenvolvimento pessoal e social as dificuldades em aprender a ler e escrever corretamente e com fluência. Os problemas de aprendizagem quando não são entendidos vão acumulando e provocando outras formas de exclusão das crianças. Pois, na sala de aula, são encontradas crianças prontas para aprender, porém as formas as quais são apresentadas as atividades, podem dificultar o aprendizado e vão formando uma barreira que impede seu desenvolvimento, não conseguindo atingir o rendimento escolar proposto.

CAPÍTULO III

IDENTIFICAÇÃO DA ESCOLA GAMA E MELO – PB

A Escola Estadual de Ensino Fundamental, Normal e Médio Gama e Melo localizada na Avenida Presidente João Pessoa, 460 – Centro de Princesa Isabel – PB. Sua edificação é datada de 1922 e com início de sua atuação educacional em 1926. Recebe o nome em homenagem ao Bacharel em Ciências Jurídicas Sociais o Dr. Antônio Alfredo da Gama e Melo e foi inaugurada pelo então governador João Suassuna.

Sua história retrata a história da educação de nossa cidade, oferecendo o antigo primário, do jardim da infância a 4ª série. Em 1985 foi implantado o 1º grau maior (5ª a 8ª série). As reformas para o ensino médio do Estado da Paraíba a escola recebe as turmas do Magistério (Médio Normal) em 2004, através da resolução nº 325/2004.

O Projeto Político Pedagógico representa o pensamento da comunidade escolar, por ser construído coletivamente e suas diretrizes de política públicas. A gestão escolar é formada por funcionais escolhidos através de eleições diretas e democráticas. O conselho escolar é atuante. Ela recebe recursos do Governo Federal através do Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE, para manutenção do Programa Maia Educação e manutenção das atividades pedagógicas, recebe recursos via Governo do Estado para alimentação e algumas ações educacionais.

A escola participa dos programas oferecidos pelos Governos Estadual e Federal, primando pela qualidade de atendimento e permanência dos educandos no âmbito escolar; e a coordenação pedagógica tem a função de acompanhar, monitorar e avaliar o planejamento educacional dentro das diretrizes e dos critérios de eficácia dos programas os quais a escola faz parte.

Os programas oferecidos pela escola atualmente são: Mais Educação (atendimento em horário oposto com ações de reforço escolar, esporte, artesanato, tecnologias e outros), Programa: Primeiros Saberes da Infância (acompanhamento pedagógico diário através de sequências didáticas e monitoramento da aprendizagem) e o PNAIC – Pacto Nacional pela

Alfabetização na Idade Certa, (formação continuada para educadores do 1º ao 3º ano do ensino fundamental) e práticas pedagógicas diversificadas.

Estes processos de ensino conferem a escola e a comunidade escolar um excelente sucesso no IDEB Federal e Estadual, pelo resultado no ensino e aprendizagem dos educandos.

Durante o ano letivo foram elaborados e realizados diversos projetos educativos com tema diversos: Meio Ambiente, Saúde, Drogas, Lixo, Água, Tecnologias Educacionais, Esportivos e Culturais. A participação da comunidade é efetiva, através das ações pedagógicas, projetos de interesses públicos, participação no processo democrático através de eleições e planejamento democrático realizado conforme orientação do sistema de ensino.

A missão da escola é promover uma educação de qualidade voltada para o desenvolvimento da cidadania e da democracia com a garantia da qualidade do ensino aprendizagem, permeando uma concepção pedagógica voltada para a formação de cidadão crítico, participativo e consciente, objetivando a inclusão através do acesso, da permanência e do sucesso do educando na escola garantindo, assim a formação acadêmica e profissional desse ser em constante formação. (Projeto Político Pedagógico da EEEF Gama e Melo).

Uma das ações que mais motiva é o resgate a cultura de nossa cidade através de projetos que resgatam as práticas de nossos antepassados e retratados pelas crianças, jovens e adultos que compõe a referida escola. Tendo em vista as características apontadas reflete um compromisso com a qualidade e o envolvimento dos educandos, educadores e gestores com o ensino e aprendizagem de todos.

A escola mesmo tendo uma edificação antiga, possui acessibilidade para garantir o acesso a todos os educadores e conta com uma sala de atendimento especializado para crianças com necessidades especiais.

CAPÍTULO IV

DIFICULDADES DA APRENDIZAGEM: A LEITURA E A ESCRITA DOS EDUCANDOS DO 3º ANO DA ESCOLA ENSINO FUNDAMENTAL GAMA E MELO – PB (Avaliações do PNAIC)

Um dos maiores desafios sociais que a educação institucional enfrenta é a dificuldade de aprendizagem da leitura e da escrita dos educandos da primeira fase do ensino fundamental, como já dissemos anteriormente e, escolhemos a turma do 3º ano da Escola Estadual de Ensino Fundamental Gama e Melo – PB, considerando os instrumentos de avaliação do PNAIC, para análise do processo de aprendizagem e das dificuldades dos alunos.

A turma do 3º ano é atendida pela manhã de 07:00 as 11:30 h, com 21 alunos, sendo 11 meninos e 10 meninas, todos frequentaram creche e educação infantil. Os alunos são oriundos de famílias de baixa renda, e agricultores meeiros ou com agricultura de subsistência e com alguns problemas sociais frequentes.

A escola participa das políticas educacionais do Governo Federal e Estadual, atualmente com o PNAIC (Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa), Pacto que tem como objetivo a alfabetização de todos os alunos, e promove a aprovação automática até o 3º ano, observando o direito de aprender, através de formação continuada mensal e colocando a disposição dos educandos, material didático, jogos e um excelente acervo bibliográfico com literatura infantil e outros.

O Programa Primeiro Saberes da Infância, promovido pelo Governo Estadual é também realizado com a turma. Seguimos uma proposta de ensino através de uma sequencia didática pré-estabelecida pelo programa, com temas, tempo de ensino estabelecido e competências a serem atingidas.

Com a adesão do Governo Estadual ao PNAIC, trouxe melhorias para as práticas educacionais, porém ainda não são suficientes. A aprovação automática realizada para os nos inicias 1º, 2º e 3º ano realizado desde dezembro de 2010 através de Resolução Federal,

provocou o aumento da aprovação, porém não promoveu a qualidade de ensino ao mesmo tempo.

O ingresso de crianças no ensino fundamental mais cedo não pode constituir uma medida apenas administrativa para aumentar os resultados e metas governamentais. É preciso atenção ao processo de desenvolvimento e aprendizagem das crianças considerando suas características, o que implica conhecimento e respeito as suas características etárias, sociais, psicológicas e cognitivas.

Os alunos do 3º ano não apresentam dificuldades físicas, porém alguns deles apresentam algumas dificuldades intelectuais ainda não diagnosticadas corretamente. Os alunos que apresentam dificuldades de aprendizagens em leitura e escrita também têm dificuldades em realizar outras atividades de diversas disciplinas.

A aquisição de alfabetização ou letramento por parte dos educandos é um processo contínuo que merece acompanhamento de perto e promova as modificações quando necessário.

As famílias nem sempre participam das atividades escolares dos alunos e comparecem nas reuniões de pais e mestre realizadas pela escola, demonstrando pouco interesse no processo de aprendizagem dos seus filhos ou responsáveis.

A dificuldade de aprendizagem da leitura e da escrita é um tema trabalhado em todo o ano letivo através de projetos desenvolvidos dentro de varias disciplinas, este tema preocupa a todos o que justifica a realização desta pesquisa.

As cobranças institucionais e sociais sobre a aprendizagem dos alunos estão causando uma situação de insatisfação entre os grupos que fazem parte da escola, bem como da comunidade em geral.

As escolas cobram a aprendizagem em leitura e escrita sem reservas e as melhorias dos índices educacionais, porém no cotidiano não contribui para com a atuação dos educadores.

A falta de compreensão sobre a aprendizagem ou processo de ensino causa algumas rupturas dentro do corpo docente e pedagogos orientadores, por atribuir a dificuldade de em ler e escrever aos professores regentes das turmas ou juntos classificarem como dificuldade de aprendizagem dos educando, erroneamente.

A aprendizagem como processo precisa assim ser entendido e receber as devidas atenções. Não identificando os culpados, mas buscando soluções. Assim, para a realização deste trabalho foi realizada uma pesquisa de com a turma do 3º ano do ensino fundamental da Escola Gama e Melo – PB, estudando os processos de aprendizagem através do acompanhamento utilizado durante ao no letivo de 2013 e exigido pelo Programa PNAIC.

Para a aplicação das metodologias do PNAIC, o sistema oferece formação continuada para os professores alfabetizadores, com aplicação de atividades que favorece a leitura e a escrita.

Análise dos dados: A turma do 3º ano “C” é formada com 21 alunos, de 8 a 14 anos de idade. O espaço é pequeno, a infraestrutura inadequada e alguns alunos não trazem os materiais didáticos mínimos como cadernos, borrachas, lápis, livro didático por falta de acompanhamento da família.

FIGURA – 5: Tabela 1 - A aprendizagem da turma conhecimentos e capacidade:

CONHECIMENTO / CAPACIDADE	SIM	PARCIALMENTE	NÃO
Escreve o próprio nome.	20	0	1
Reconhece as letras do alfabeto por seus nomes.	18	2	1
Diferencia de números e outras símbolos.	18	2	1
Utiliza letras na escrita das palavras.	18	2	1
Escreve palavras estabelecendo algumas correspondências entre letras e seu valor sonoro, mesmo omitindo, mudando a ordem ou trocando s letras.	15	4	2
Escreve palavras com diferentes estruturas silábicas, atendendo a algumas convenções ortográficas.	15	4	2
Lê palavras formadas por diferentes estruturas silábicas.	15	4	2
Lê textos de gêneros e temáticos familiares em voz alta.	15	4	2
Compreende textos de gêneros, temáticos e vocabulários familiares.	15	4	2
Produz textos escritos de gêneros, temática e vocabulários familiares.	15	4	2
Participa de situações produzindo e compreendendo textos orais e escritos de gêneros e temas familiares.	15	4	2

Fonte: www.simec.mec.gov.br

Feita a análise dos dados coletados, observa-se que alguns dos educandos apresentam várias dificuldades da aprendizagem na leitura e na escrita, e apesar destas dificuldades eles serão promovidos para o ano escolar seguinte é o que garante os programas PNAIC e Primeiros Saberes da Infância. Os programas avaliam a aprendizagem dos educandos dos 1º, 2º e 3º anos com as mesmas questões, o que consideram é apenas os números que para os programas são aceitáveis ou não.

Na turma analisada a maioria dos educandos escrevem o próprio nome esta ação é um aprendizado mínimo em relação ao ano que está matriculado. 10% não reconhecem as letras do alfabeto por seus nomes, diferencia de números e outras símbolos e utiliza letras na escrita das palavras. Consideramos um número baixo quando identificamos os educando com necessidades especiais.

Quando ampliamos as indagações este número aumenta para 30%, que escreve palavras estabelecendo algumas correspondências entre letras e seu valor sonoro, mesmo omitindo, mudando a ordem ou trocando as letras, escreve palavras com diferentes estruturas silábicas, atendendo a algumas convenções ortográficas, lê palavras formadas por diferentes estruturas silábicas.

Estes “equivocos ortográficos” na maioria das vezes são identificados como dificuldade de aprendizagem e são questionados os procedimentos utilizados durante todo o ano. Ocorrem então diagnósticos equivocados como: dislexia, disgrafia ou disortografia que impedem o desenvolvimento pleno dos educandos. Espera-se mais dos educandos do 3º ano principalmente quando são aplicadas as avaliações anuais dos sistemas de ensino.

Lê e compreender textos de gêneros e temáticos familiares em voz alta, produz textos escritos de gêneros, temática e vocabulários familiares, participar das ações de leitura e interpretação são exigidas como requisitos para ser considerado alfabetizado ou não.

Participar de situações de produção e compreensão de textos orais e escritos de gêneros e temas familiares, cotidianamente é esperado que este educado realize estas atividades sem apresentar dificuldades. Estas dificuldades se não for entendidas e enfrentadas com determinação dos professores, gestores e família, produziram outros problemas, como: reprovação, evasão e baixo rendimento educacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A elaboração deste trabalho através de uma pesquisa bibliográfica e estudo de campo da Escola Estadual de Ensino Fundamental, Normal e Médio Gama e Melo – PB contribuiu para uma reflexão sobre a realidade da escola e principalmente a realidade educacional, do ensino e da aprendizagem da leitura e da escrita da turma do 3º ano do ensino fundamental.

As dificuldades de aprendizagem na leitura e na escrever das turmas é um problema que chama a atenção de toda a comunidade escolar. Por isso a preocupação em buscar entender o processo de aprendizagem e identificar as possíveis causas destas dificuldades. As turmas do terceiro ano faz parte do PNAIC – Pacto nacional pela Alfabetização na Idade Certa e esta condição aumenta e muito a cobrança para estas crianças se apropriem da leitura e escrita com competência. As atividades do programa são monitoradas e durante o processo é questionando a qualidade de aprendizagem. O fato de alguns alunos não utilizarem a escrita correta ou ainda não ler texto é considerado dificuldade de aprendizagem, porém com este estudo podemos entender um pouco o contexto destas dificuldades.

As dificuldades mais comuns encontradas a partir da pesquisa forma a disgrafia, a dislexia, entre outros, apresentados na maioria dos educandos do 3º ano da referida escola foram encaradas com maior ênfase. E as pesquisas sobre os temas nos proporcionou uma reflexão sobre estas dificuldades e uma reconceituação do problema.

A aquisição da leitura e escrita é um processo que não tem uma data limite para ser concluído. As ausências de letras, trocas ou posições diferentes do convencional, apenas, demonstrar que a criança esta em um determinado processo ou em desenvolvimento e não que existe necessariamente um problema incorrigível. É necessário amplia esta discussão entre as escolas, entre o sistema e principalmente discutir com sociedade as necessidades dos educandos quanto às oportunidades de ensino.

As metas do Plano Nacional de Educação, PNAIC e Programas oferecidos pelos sistemas de ensino são o ponto de partida para a elevação da qualidade da educação, no entanto os resultados vão demorar aparecer da forma desejada. O investimento na educação básica deve ser de longo prazo o que consistem em ações coerentes, sistemáticas e eficientes.

As “dificuldades de aprendizagem em leitura e escrita” se apresentam agora com outras formas como: crianças com históricos escolar diferentes, ausência da família no processo educacional (falta de acompanhamento e incentivo a leitura), sala de aula inadequada, falta de material pedagógico em quantidade e qualidade, tempo de ensino insuficiente e propostas pedagógicas que não atende as necessidades dos alunos.

As dificuldades de aprendizagem afetam a pessoa na sua totalidade, uma criança que não conseguiu acompanhar os colegas nas atividades fica com baixa estima e vai perdendo o gosto por participar das atividades letradas. O educador além de trabalhar atividades com níveis diversificados, precisa entender os processos de aprendizagem que são diferentes para cada criança, ou para cada sujeito.

As disfunções ortográficas ou fonéticas não podem ser usadas para separar os aprendizes ou rotula-los como incapazes. As crianças sofrem por não conseguem cumprir com aquilo que espera de si mesmo e com o que a professora e familiares espera dela. Cabe aos educadores e aos sistemas de ensino promover uma mudança de paradigma sobre os processos de aprendizagem dos educandos e ações pedagógicas, como ponto de partida para garantir uma educação de qualidade através de estudos, formações continuadas e revisão das propostas educacionais. Os educandos são as personagens principais e seu processo de aprendizagem não pode ignorar as dificuldades pode ser analisadas, e sua superação deve ser provocada através de outros formas de ensino.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Constituição Federal. Brasília, 1988.

BRASIL. Parâmetros curriculares nacionais: Língua Portuguesa. Secretaria da Educação Fundamental. Vol.2 . Brasília, 1997.

FERREIRO, Emília. Piaget e Vygotsky. Novas contribuições para o debate. São Paulo. Ática, 2003.

TEBEROSKY, Ana. TOLCHINSKY, Liliana. Além da Alfabetização. A aprendizagem fonológica, ortográfica, textual e matemática. Editora Ática. 1997. São Paulo.

Sites

<http://www.pedagogia.com.br/historia>: Acesso em: 05/02/2014

<http://www.simec.mec.gov.br>: Acesso em: 02/12/2013

<http://www.mundoeducacao.com/historiageral/Pré-história>: Acesso em: 13/03/2014

<http://www.mundoeducacao.com/historiageral/IdadeAntiga>: Acesso em: 13/03/2014

Anexo - 1



(FIGURA -1) Pinturas rupestres fontes de estudo das sociedades da Pré-História
Fonte: <http://www.mundoededucação.com/historiageral/Pré-história>

Anexo - 2



Os símbolos foram se desenvolvendo até formarem os primeiros alfabetos da Antiguidade.
(FIGURA – 2) Fonte: <http://www.mundoededucação.com/historiageral/IdadeAntiga>

Anexo - 3

Pronúncia	Minúscula	Maiúscula
alfa	α	A
beta	β	B
gama	γ	Γ
delta	δ	Δ
épsilon	ε	E
dzeta	ζ	Z
eta	η	H
teta	θ	Θ
iota	ι	I
capa	κ	K
lâmbda	λ	Λ
mi	μ	M
ni	ν	N
ksi	ξ	Ξ
omicron	ο	O
pi	π	Π
rho	ρ	P
sigma	σ	Σ
tau	τ	T
upsilon	υ	Υ
phi	φ	Φ
khi	χ	X
psi	ψ	Ψ
ômega	ω	Ω

(FIGURA – 3) Alfabeto Grego Fonte:
<http://www.pedagogia.com.br/historia>